

**O CERRADO NOS PLANOS DO ESTADO BRASILEIRO (FBC/SUDECO):
QUESTÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO CENTRO-
OESTE**

PEDRO HENRIQUE MARQUES CARDOSO*

Resumo

O presente estudo objetiva realizar análise das políticas de modernização da agricultura na região Centro-Oeste, no período que corresponde à atuação das instituições Fundação Brasil Central (FBC) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Este trabalho baseia-se numa pesquisa em fontes documentais primárias, entre elas, os acervos FBC – 1943-1967 – e da SUDECO – 1968-1991. Atualmente a agricultura na região Centro-Oeste é referência no cenário nacional, pois a agroindústria se tornou uma das principais características da região. O Cerrado, o bioma característico da região Centro-Oeste, por muito tempo foi tido como impróprio para agricultura em grande escala, em razão de seu solo pouco produtivo. A partir de 1960, quando a modernização do setor agrário brasileiro começou a fazer parte dos planos do governo federal, inovações tecnológicas foram trazidas para região, mediante ações promovidas pelo processo de intervenção do Estado sobre o território, transformando o Cerrado em uma das áreas geográficas mais produtivas do país.

Palavras-chave: Agricultura, Modernização, Centro-Oeste, Cerrado.

Introdução

O Cerrado, o bioma característico da região Centro-Oeste, por muito tempo foi tido como impróprio para agricultura em grande escala, em razão de seu solo pouco produtivo. A partir das inovações tecnológicas trazidas para região, mediante ações promovidas pelo governo federal, tornou-se uma das áreas geográficas mais produtivas do país. A política de modernização agrícola direcionada à região Centro-Oeste fez parte dos planos do Estado brasileiro, no sentido de aumentar a produção agrícola do Brasil.

A iniciativa de pesquisar sobre o tema aqui apresentado surgiu após trabalhar no programa de iniciação científica, vinculado ao CNPq, no qual tive a oportunidade de lidar com documentos referentes às instituições: Fundação Brasil Central (FBC); Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE); Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO). As fontes usadas na realização desta

* Graduação em História Licenciatura pela Universidade Estadual de Goiás. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

pesquisa fazem parte do acervo documental da FBC e da SUDECO, guardados no Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal.

Para análise do tema proposto, compartilharemos da perspectiva do materialismo histórico², o que mais concorreu para o estudo aqui delineado. De acordo com esta concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social. Em função disso, acreditamos que a modernização agrícola em Goiás aconteceu – e ainda acontece – a partir das exigências do modo de produção capitalista.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebemos através da análise dos documentos, a grande produção de estudos e pesquisas técnicas e científicas direcionadas a região Centro-Oeste. Tais estudos e pesquisas foram realizados por indivíduos ou grupos vinculados a instituições nacionais e estrangeiras. Toda essa movimentação de pesquisadores em nosso território foi então fiscalizada pelo CFE, órgão criado em 1933 e que teve sua extinção em 1968.

A partir de 1943, o CFE passou a receber apoio logístico da FBC, órgão criado naquele ano com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Em 1968, juntamente com o CFE, a FBC foi extinta, ficando com a SUDECO a responsabilidade de seguir com os trabalhos da antiga FBC.

Entre outras leituras que contribuíram para o alcance de uma compreensão acerca do tema, o livro de Wenceslau Gonçalves Neto *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980* (resultado da sua tese de doutoramento) acabou por contribuir diretamente para definição de nosso objeto de pesquisa.

Em seu livro, Gonçalves Neto trabalha com a questão da agricultura nos planos de governo no Brasil, analisando as transformações geradas pelo estabelecimento de inovações tecnológicas na agricultura brasileira e, de modo geral, o intuito do Estado brasileiro em propiciar meios para uma maior produção dentro do sistema agrário brasileiro. Essa política foi fortemente propagada pelo Estado a partir da segunda metade da década de cinquenta.

² Marx constrói uma dialética materialista em oposição à dialética Hegeliana. O materialismo histórico tem como objeto de reflexão as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Desta forma, a concepção marxista contribui diretamente para a formação de um corpo teórico capaz de pensar a ciência da história.

O solo do território da região Centro-Oeste foi, por muito tempo, tachado de pouco produtivo, o que causou um retardamento na promoção de incentivos pelo Estado brasileiro ao desenvolvimento da região. Isto, devido ao fato de predominar no Centro-Oeste, a vegetação de Cerrado. Esta vegetação foi chamada durante longo tempo de savana, devido sua semelhança às savanas africanas, também estas, tidas como improdutivas.

O processo de modernização da agricultura na região Centro-Oeste começou na década de 1950, mas adquiriu maior expressão no cenário nacional, a partir de 1960, com os planos e programas estabelecidos pelo regime militar. Os planos e programas desenvolvidos no período tinham como objetivo resolver a crise de abastecimento dentro do país, resultante da baixa produtividade da agricultura, bem como a implantação da agroindústria e a produção, em grande escala, de gêneros agrícolas de exportação.

Antecedentes históricos da modernização agrícola no Centro-Oeste

A partir de 1930, a economia brasileira começou a sofrer um forte processo de transformação. A expansão do complexo cafeeiro de São Paulo contribuiu para expansão da fronteira agrícola rumo a outros Estados do Brasil, principalmente aos da região Centro-Oeste. Deveu-se a isto, a integração capitalista das economias regionais, o que contribuiu para formação de um novo mercado interno, condição indispensável para o desenvolvimento do setor industrial da economia brasileira. Neste contexto, o Centro-Oeste aparece como opção de fronteira a ser expandida.

Além disso, configurou-se no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, um tipo de desenvolvimento capitalista alicerçado na indústria de substituição de importações³. Esse modelo de desenvolvimento estava sob a proteção do Estado, sendo o objetivo inaugurar um conjunto de relações Inter setoriais que, posteriormente, resultaria na transferência de excedentes econômicos para o setor urbano-industrial.

Ainda nos anos de 1940, o Estado dedicou-se a intervir no processo de ocupação da região Centro-Oeste. O que incentivou tal intervenção foi o fato de que algumas autoridades estrangeiras vinham percebendo a região como um grande espaço vazio. Neste sentido, de

³ Tavares (1983) alerta sobre a amplitude do termo “substituição de importações”, pois esta prática extrapola o simples objetivo de eliminar importações. Segundo a autora, na medida em que alguns bens são substituídos aparecem outros que a indústria nacional não produz, resultando assim, numa maior dependência do exterior.

intervenção e ocupação da região, um órgão vinculado à Presidência da República atuou intensamente, a Fundação Brasil Central (FBC). Criada em 1943 e extinta em 1968, sua atuação abrangeu as áreas dos “territórios do estado de Goiás, do Distrito Federal (quadrilátero inserido no território do primeiro) e dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará.” (MACIEL, 2005, p. 149).

O território do estado de Goiás foi o que mais se beneficiou com a atuação da FBC. Nos anos de 1950 e 1960, a região conheceu um acentuado crescimento econômico e populacional, por intermédio de vários estímulos governamentais. Segundo Galindo e Santos (1995, p. 159), isto deveu-se:

[de um lado] a presença de grandes propriedades agrícolas, e de outro, a consolidação econômica do sul e centro de Goiás, tanto pelas possibilidades abertas pela agropecuária e agroindústria, quanto pela consolidação das cidades de Brasília (DF) e Goiânia (GO), como importantes núcleos urbanos, e de Anápolis (GO), como entreposto agrícola.

Nessa perspectiva, fica claro o intuito do Estado em promover, de maneira mais intensa, o desenvolvimento do setor urbano-industrial brasileiro. Contudo, o setor agrário também passou a ser visto como componente necessário para o crescimento econômico do país. Sobre isto, Barsanufu Gomides Borges afirma que no Brasil “foi o progresso da indústria que abriu caminho, comandou a evolução e estabeleceu a lei geral do progresso da agricultura” (BORGES, 2000, p. 17).

Nos primeiros anos da década de 1950, durante o segundo governo de Vargas, a atuação do poder público continuou promovendo o processo de industrialização. Coube ao setor agrário, neste período, apenas o papel de atividade subalterna no processo de crescimento econômico. O crescimento deste setor se dava apenas pela abertura de novas áreas de fronteira.

No governo de Juscelino Kubitchek, o que se percebeu foi que a agricultura continuou numa situação secundária, pois no plano de desenvolvimento econômico daquele momento, nenhuma política agrícola bem estruturada direcionava-se para a modernização do setor agrícola. Além disso, na medida em que a dinâmica de incorporação de novas terras se tornou inviável, a agricultura transformou-se em um problema para o crescimento capitalista

brasileiro. A solução para esse problema consistia no implemento de métodos para o aumento da produção em áreas já ocupadas. A respeito disto, Borges (2000, p. 21) relata que:

Apenas quando a fronteira tende a fechar-se e as modalidades tradicionais de ocupação do solo se esgotam ou tornam-se relativamente mais difíceis é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas.

Foi durante o período da ditadura Civil-militar que a modernização da agricultura na região Centro-Oeste se fez de maneira mais intensa e concreta. Isto aconteceu a partir da elaboração de uma série de planos e programas governamentais. Cabe lembrar que a política agrícola estabelecida no Brasil, no período militar, orientava-se no sentido de integrar a agricultura há um novo circuito produtivo, liderado pela agroindústria.

Durante a ditadura Civil-militar, foram adotados vários programas para o desenvolvimento do país. Todos sustentavam a ideia de que era preciso promover alterações no setor agrícola, para que o mesmo se desenvolvesse. Dentre esses programas, destacam-se: Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

A intervenção do Estado na agricultura – por intermédio de planos governamentais –, encontrou no avanço tecnológico a saída para os problemas relativos à agricultura brasileira. Neste sentido, a pesquisa agrícola no Brasil foi condição fundamental para modernização agrícola, principalmente no caso dos Cerrados da região Centro-Oeste.

Avanço tecnológico e pesquisa agrícola: o caso dos cerrados

A evolução da ciência e da tecnologia, bem como sua relação com o desenvolvimento econômico dos países industrializados, é de fundamental importância neste trabalho, pois a modernização da agricultura no Brasil – e aqui analisada no caso específico da região Centro-Oeste - se enquadra basicamente nesta relação. Desta maneira, no intuito de esclarecer alguns aspectos a respeito da evolução da ciência e da tecnologia, utilizaremos da

leitura que Tamás Szmrecsányi faz sobre essa evolução, em seu artigo *Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia*.

Szmrecsányi faz análise entre o progresso do conhecimento e o progresso econômico. Para tanto, o autor entende que é preciso definir o papel do progresso técnico, distinguindo as descobertas e invenções das inovações tecnológicas propriamente ditas, pois, apenas estas últimas compõem o processo de desenvolvimento econômico. Tais inovações tecnológicas passam a fazer parte deste processo, “[...] através dos mecanismos de indução e de difusão do progresso técnico” (SZMRECSÁNYI, 2001, p. 156).

Quanto ao progresso do conhecimento (progresso científico), este é acelerado pelo progresso técnico a partir das exigências do sistema econômico. Assim, as atividades de pesquisa tendem a se expandir ocasionando uma maior interação entre ciência e tecnologia, tendo como resultado o crescimento dos processos de produção e de inovações tecnológicas.

A modernização agrícola no cerrado serve como um exemplo de progresso técnico, que ocorreu como resposta ao desenvolvimento econômico nacional e internacional e, que por sua vez, atendeu as exigências do estágio contemporâneo do modo de produção capitalista. Além disso, os resultados das inovações tecnológicas trazidas para região Centro-Oeste tiveram resultados concretos em suas aplicações práticas.

Sobre a questão da pesquisa agrícola no Brasil; Pastore, Dias e Castro (1982) no artigo *Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil*, procuram explicar alguns aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura brasileira, no que tange a criação e difusão de inovações tecnológicas após 1930. Para tanto, os autores partem da hipótese de que o avanço tecnológico na agricultura brasileira ocorreu como resposta às forças de mercado, fenômeno que definem como inovação induzida.

O crescimento da pesquisa agrícola no Brasil se deu por uma série de fatores, tais como: preços relativos do mercado de fatores de produção, que induziam a criação de novas tecnologias; maior rentabilidade para os agentes de mercado; formação de grupos de interesses atuando na organização do sistema de pesquisa; facilitação dos aspectos do processo de pesquisa por parte da operação dos mecanismos do mercado. Mediante isto, a relação entre o desenvolvimento da pesquisa agrícola e a dinâmica do setor agrícola se apresenta como característica principal da agricultura brasileira após 1930. Para análise desta

relação, os autores estabelecem dois critérios básicos, “o grau de concentração do produto, sua possibilidade de industrialização e de transferência eterna de tecnologia” (PASTORE et. al., 1982, p. 39).

Pelo primeiro critério destaca-se a importância da concentração geográfica do produto para o desenvolvimento da pesquisa agrícola. Isto facilita a formação de grupos de interesse – de um lado os agricultores, de outro, os pesquisadores –, no sentido de solucionar problemas para uma melhor e maior difusão de inovações tecnológicas. Tal aspecto é relevante, pois a dispersão geográfica de determinado produto não só aumenta o número de problemas como dificulta a relação agricultor-pesquisador.

Quanto ao segundo critério, fica entendido que o processo de criação e difusão das tecnologias está diretamente associado às possibilidades de industrialização do produto, bem como sua comercialização. Além disso Pastore (1982, p. 41) ressalta:

[...] as pressões exercidas pela demanda industrial sobre o setor agrícola possibilitam o aparecimento de complexos problemas de ajustamento de interesses, cuja necessidade de conciliação acaba na formação de grupos intermediários [...], que se interpõem entre produtores e consumidores. [...] Estas pressões são normalmente canalizadas para o setor político, onde seu sucesso geralmente se traduz em uma ação direta do governo na promoção e no financiamento da pesquisa.

A falta de terras virgens de alta fertilidade, bem como o esgotamento dos solos já ocupados, além da concorrência estrangeira, indicam a necessidade de se desenvolver a pesquisa. No caso do cerrado, cujas condições do solo são adversas, a pesquisa agrícola atuou – e ainda atua – de forma intensificada. Para tanto, a participação do governo brasileiro foi fundamental, principalmente durante o período militar, no qual foram vários os planos e programas governamentais com intuito de modernizar o setor agrícola brasileiro e, conseqüentemente, integrar a economia do Centro-Oeste nos sistemas nacionais e internacionais de comércio.

A modernização agrícola no cerrado se deu principalmente pela necessidade de se produzir matérias-primas para atender o mercado interno e externo. Já na década de 60, a agricultura adquiriu papel de destaque no desenvolvimento econômico do país, principalmente enquanto fornecedora de matérias-primas para a indústria, em franca expansão na região Sudeste, principalmente do estado de São Paulo.

Na região Centro-Oeste a evolução da agricultura só foi possível pelo aproveitamento dos cerrados. Por muito tempo, o cerrado foi caracterizado como impróprio para agricultura em larga escala, em razão de seu solo pouco produtivo. O Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1954, publicou artigo do consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia (CNG) José Setzer, em que este autor afirma: “qualquer caboclo sabe que o ‘cerrado’ não pode ser cultivado, e ‘deve ser’ queimado antes do início da estação chuvosa para que a brotação fresca renove a pastagem”⁴. Em outra oportunidade o consultor relata que: [...] os resultados das análises físicas e químicas dos solos de ‘campo cerrado’ indicam que a única maneira de aproveitá-los sob os preceitos modernos de conservação do solo é reflorestando-os com eucaliptos⁵.

Embora os estudos do consultor José Setzer revelassem “os problemas do campo cerrado”, sabe-se que a partir das inovações tecnológicas trazidas para a agricultura da região Centro-Oeste, cujo bioma característico é o Cerrado, tornou-se uma das mais produtivas do País. Todo esse sucesso que a agricultura nas regiões de cerrado conquistou, aconteceu graças à geração e difusão de novas técnicas que, por sua vez, teve origem na pesquisa agrícola.

Na década de 1970, a região dos cerrados passou a proporcionar importante contribuição ao desenvolvimento da cultura da soja, por exemplo. Com altos índices de produção desta cultura o Centro-Oeste alcançou padrões internacionais de produtividade. Se considerarmos a produção dos três estados do Centro-Oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás –, estes produziram, na década dos 80, o equivalente a 89,6% da produção total da região dos cerrados.

A partir da perspectiva econômica, as políticas agrícolas adotadas no Brasil, no período que estamos estudando, conseguiram modernizar e desenvolver a agricultura. Segundo Maílson da Nóbrega (1985), isto só foi possível porque as ações do governo brasileiro produziram a redução dos custos de produção, a estabilização da renda do produtor, além de assegurar crédito rural a este último.

Na redução dos custos de produção, a ação governamental no Brasil abrangeu atividades de pesquisa e extensão rural, bem como investimentos em infraestruturas

⁴ SETZER, José. O problema dos campos cerrados. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, ano XII, nº 123, p.409-418, dezembro de 1954.

⁵ ibid., p.412.

econômicas, tais como, por exemplo, estradas de rodagem, redes de armazenagem, sistemas de irrigação, eletrificação rural, entre outras.

No caso das medidas tomadas pelo Estado para estabilizar a renda do produtor, estas foram consideradas como fator importante, pois o estimulava a permanecer na atividade rural. De acordo com Maílson da Nóbrega, as políticas que visam estabilizar a renda do produtor são necessárias a um país que almeja modernizar sua agricultura. Nóbrega, (1985, p. 24).explica essa questão com o seguinte argumento:

Atuando em mercados competitivos, com produtos cuja procura é em geral relativamente inelástica aos preços, o agricultor está sujeito a fortes variações em sua renda, às quais se ajustaria mediante redução na oferta de seus bens, seja voluntariamente (diminuição do ritmo de suas atividades), seja involuntariamente (ruína).

A segurança proporcionada pelo crédito rural é tida como uma forma de apoio governamental ao produtor rural que, por alguma eventualidade, não conseguiu ter acesso ao sistema de crédito privado. Durante o período militar no Brasil, foram grandes os esforços do Estado em criar e manter um sistema de crédito direcionado à agricultura. No entanto, o crédito rural não alcançou grande número de pequenos e médios produtores, os mais necessitados do apoio governamental.

A atuação da SUDECO na modernização da agricultura na região Centro-Oeste

Na década de 1960, a região Centro-Oeste brasileira caracterizava-se por ser, ainda, um grande vazio demográfico. Com a transferência da Capital Federal para esta região, o processo de integração do Centro-Oeste ao contexto brasileiro adquiriu maior visibilidade. No entanto, desde os anos de 1940 que o Estado brasileiro buscava promover a integração e o desenvolvimento desta região.

A intenção do Estado em integrar o Centro-Oeste ao contexto sócio-político e econômico do país materializou-se na criação de um órgão vinculado a Presidência da República, denominado Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1968. Em 1968 a FBC foi extinta, criando-se, em seu lugar, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Dulce P. Maciel explica-nos que:

A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada em 1943, como parte do programa federal da “Marcha para o Oeste”, instituído sob o regime denominado Estado Novo. A FBC foi a primeira instituição estabelecida no país com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Sua existência duraria até 1968 (25 anos, portanto), quando foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), atualmente também extinta. (MACIEL, 2005, pp.145-146).

A SUDECO era vinculada ao Ministério do Interior. Seu principal objetivo era propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal.

A SUDECO procurou orientar investimentos públicos e privados para o Centro-Oeste, coordenando e distribuindo as atividades econômicas. Desta forma, as medidas tomadas por este órgão levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização⁶ e industrialização da região Sudeste; esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

No que tange ao setor da agricultura, a estratégia da SUDECO visava promover este setor em benefício do desenvolvimento industrial. O intuito era que as indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas fossem instaladas na região. Isto foi possível a partir de vários programas especiais criados pelo governo federal, coordenados pela SUDECO.

Para consecução de suas atividades, a SUDECO contava com cinco departamentos setoriais: Recursos naturais; Recursos humanos; Serviços básicos; Desenvolvimento local; Setores produtivos. Este último atuava na elaboração de projetos agrícolas, na realização de estudos de viabilidade técnica, além de oferecer apoio financeiro na implantação de distritos industriais.

O desenvolvimento da agroindústria foi colocado pela SUDECO como um dos principais fatores para o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Para tanto, este órgão agiu, por intermédio da propaganda governamental, na conscientização de empresários no sentido de mostrar as possibilidades de negócios existentes nesta região.

⁶ Processo crescente de concentração de população em que a proporção total de população classificada como urbana está aumentando. (D. Slater *apud* Maciel, 1991, p. 63).

Na década de 1970, o discurso de que as terras do cerrado eram inférteis para agricultura em larga escala havia mudado, pois, como se sabe, a partir dos estudos realizados na região, chegou-se a conclusão de que os cerrados poderiam ser bem aproveitados para este tipo de agricultura.

Em 1975, foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Seu principal objetivo era promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste, ocupando, de forma racional, algumas áreas com características de cerrado. A partir disto, a SUDECO ficou com a responsabilidade de coordenar a implementação deste Programa.

Entre as áreas de atuação do POLOCENTRO destacam-se: Gurupi, entre as localidades de Gurupi e Porangatu; Paranã, entre o rio Paraim e a cidade de Posse; Pirineus, entre a divisa do Distrito Federal em Goiás e o rio das Almas; Piranhas, entre as cidades de Piranhas e Aragarças; Rio Verde, entre os rios Verde Grande e Claro.

No período de 1975 a 1982, os investimentos programados para o Centro-Oeste, através do POLOCENTRO, visavam apoiar diretamente a agricultura, oferecendo assistência técnica e extensão rural, financiando a construção de armazéns, além de incentivar a pesquisa agropecuária e proporcionar o crédito rural. Do total de recursos financeiros destinados ao programa, neste período, 50% foi direcionado para modernização do setor agrícola. De acordo com Osmil Galindo e Valdeci M. dos Santos:

A agropecuária do cerrado se tornou moderna e produtiva graças à geração e difusão de novas técnicas, originárias da pesquisa e experimentação fomentadas pelo POLOCENTRO, que chegou a aprovar para a região, entre 1975 e 1982, cerca de 2.400 projetos [...] O Estado de Goiás foi o maior beneficiário regional do programa, responsabilizando-se por 42,3% da área total incorporada contra 30,5% do Mato Grosso do Sul e apenas 21,3% do Mato Grosso. (GALINDO; SANTOS, 1995, pp.162-163).

Embora o POLOCENTRO tenha sido o principal Programa voltado para a região Centro-Oeste, um outro também contribuiu para o desenvolvimento desta região; trata-se do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA. Este foi criado anteriormente ao POLOCENTRO, em 1974, e atuou na integração das potencialidades

agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas da chamada “Amazônia legal”⁷.

No Centro-Oeste, o POLAMAZÔNIA insidia sobre a grande região do Araguaia/Tocantins. Com o apoio da SUDECO, as ações deste programa foram planejadas no sentido de dar condições para gerar impulsos ao desenvolvimento econômico e social dessa região.

A partir da atuação destes programas, principalmente com o início da década de 1960, a zona rural da região Centro-Oeste passou de sua tradicional agropecuária de subsistência (com pequena produção de excedentes comercializáveis), para uma agricultura fortemente mecanizada, com altíssimos índices de produtividade. Atualmente, a agricultura desta região é referência no cenário nacional, sendo a agroindústria umas das principais características de sua economia.

Considerações Finais

O processo de modernização da agricultura na região Centro-Oeste configurou-se como um exemplo do avanço do modo de produção capitalista no Brasil. Este processo esteve subordinado aos interesses do setor urbano-industrial, sendo seu principal objetivo resolver os problemas de abastecimento que as regiões industrializadas do Brasil vinham enfrentando, tanto em relação a matérias primas como a alimentos.

A intervenção do Estado, principalmente durante o período militar, no processo de modernização da agricultura orientou-se no sentido de solucionar problemas resultantes da crise econômica que o Brasil enfrentara nos últimos anos do regime democrático. Para tanto, uma série de planos e programas governamentais foram estabelecidos, incluindo-se neles diferentes ações com vistas à modernização agrícola do país.

Outro componente importante no processo de modernização da agricultura na região Centro-Oeste e, assim, no cerrado, foi a atuação de instituições como a FBC e a SUDECO. Estes órgãos atuaram como instrumentos de intervenção do Estado sobre o território, tendo como principal objetivo, o desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil, sendo o setor

⁷ A Amazônia legal era constituída pelo Amazonas, Pará, Acre, parte de Mato Grosso, de Goiás, do Maranhão e pelos antigos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia – os três últimos, atualmente já elevados à condição de estados da federação.

agrícola um importante fator na concretização deste objetivo. Neste sentido, tais instituições coordenaram vários programas federais para modernização agrícola dessa região.

Portanto, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, o setor agrícola da região Centro-Oeste se modernizou e ainda vem se transformando, na medida em que novas tecnologias são implantadas no setor.

Referências

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

CASTRO, Manuel Cabral de; DIAS, Guilherme L. Silva; PASTORE, José. Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil. In: SAYAD, João (Org.) **Economia Agrícola: ensaios**. São Paulo: IPE – USP, 1982. p. 37-85.

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mudanças no Estado e na política agrícola brasileira (1970-1990). In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. (Org.) **Relações cidade – campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 219-245.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Coleções e Expedições Vigeadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MACIEL, Dulce Portilho. 2005. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro**. Revista Plurais, 2005. v. 1, n.2, p.145-161.

_____. **Urbanização de uma sociedade agrária. Goiânia (1933-1963): empresariado e Estado na produção da cidade**. Projeto de Pesquisa de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1991. (Mimeo)

NÓBREGA, Maílson Ferreira da. **Desafios da Política Agrícola**. São Paulo/Brasília: Gazeta Mercantil/CNPq, 1985.

SOARES, Luiz Carlos. O nascimento da ciência moderna: os caminhos diversos da revolução científica nos séculos XVI e XVII. *In*: SOARES, Luiz Carlos. (Org.) **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. São Paulo: Hucitec / Niterói: EdUFF, 2001. p. 17-66.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. *In*: SOARES, Luiz Carlos (Org.) **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. São Paulo: Hucitec / Niterói: EdUFF, 2001. p. 155-200.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1893.

Fontes Institucionais

CENTRO-OESTE. **Boletim Informativo da SUDECO**, ano 1, n. 5, jan 1979.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Recomendações técnicas para a cultura da soja - Região Centro-Oeste**. Brasília : EMBRAPA-SPI, 1993.

BOLETIM GEOGRÁFICO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. (Rio de Janeiro). Ano XII, N9 123, Novembro-Dezembro, 1954.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. **Ações da SUDECO em Goiás – uma análise sócio-econômica e política**. Brasília: SUDECO, 1982.